



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E DA AMAZÔNIA**

**REQUERIMENTO Nº _____ DE 2019
(Do Sr. Coronel Chrisóstomo)**

*Requer a realização de Audiência
Pública para debater a atual política de
regularização fundiária no País, em especial
na região da Amazônia Legal.*

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para debater a atual política de regularização fundiária no País, em especial na região da Amazônia Legal, com os seguintes convidados:

1. Secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Senhor Nabhan Garci;
2. Presidente do Incra; e
3. Presidente do Ibama.

JUSTIFICAÇÃO

A definição de regularização fundiária tem características amplas, uma vez que engloba todos os instrumentos hábeis que possibilitam o ajuste, a conformação de um empreendimento imobiliário ao regramento vigente. Nesse sentido, a Lei Federal n.º 13.456, de 11 de julho de 2017, dispõe sobre a regularização fundiária, rural e urbana, e outras questões correlatas. Trata-se do resultado final da conversão em lei da Medida Provisória n.º 759, de 22 de dezembro de 2016.

A nova lei trouxe à tona a questão da ocupação regular da terra como matéria afeita também ao Direito Agrário, não só tema restrito ao Direito Civil e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ao Direito Administrativo, como pode parecer à primeira vista. Além da necessária fundamentação no Direito Constitucional, o tema inevitavelmente percorre o Direito Ambiental e só se apresenta e se dinamiza por completo com os direitos agrário e urbanístico, determinada a preponderante incidência de um ou outro destes conforme principalmente a localização da área, rural ou urbana.

A regularização fundiária rural se relaciona com o exercício de atividades agrárias, tendo como base o conjunto de normas de direito privado e público que regulam as relações decorrentes das atividades agrárias, com vistas ao desenvolvimento agrário sustentável em termos sociais, econômicos e ambientais.

Assim, a regularização fundiária rural foi e continua sendo um importante tema imprescindível para a sociedade brasileira. Considerando a situação apresentada, solicito o apoio dos nobres pares para aprovarmos o presente requerimento para realização de audiência pública visando o debate sobre o referido tema.

Sala da Comissão, ____ de novembro de 2019.

CORONEL CHRISÓSTOMO
Deputado Federal
PSL/RO